

Enfermagem e o SUS: uma parceria essencial para a saúde pública no Brasil

Nursing and the SUS: an essential partnership for public health in Brazil

Enfermería y el SUS: una asociación esencial para la salud pública en Brasil

DOI: 10.5281/zenodo.15425316

Recebido: 04 mai 2025

Aprovado: 13 mai 2025

Luan Antônio dos Santos Cabral

Especialista em Ecologia e Biodiversidade

Instituição de formação: CENES

Endereço: Bezerros-Pernambuco, Brasil

E-mail: luan.ascabral@outlook.com

Priscila de Oliveira Silva

Enfermagem

Instituição de formação: Centro Universitário Mauricio de Nassau

Endereço: Caruaru-Pernambuco, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8448-0755>

E-mail: priscilajailson12@gmail.com

Azriele Kauane de Souza Santos

Enfermagem

Instituição de formação: Centro Universitário Mauricio de Nassau

Endereço: Caruaru-Pernambuco, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-4680-2244>

E-mail: azrielekauane17@gmail.com

Leandro Alexandre de Moura Cruz Junior

Curso: Saúde Coletiva

Instituição de formação: Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: Carpina-Pernambuco, Brasil

E-mail: leandro.macruz@ufpe.br

RESUMO

A enfermagem é peça central para o sucesso do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando desde a atenção básica até os serviços de alta complexidade. Este artigo destaca como os enfermeiros lideram ações de cuidado, prevenção e gestão, além de participarem da formulação de políticas públicas de saúde. Também são abordados desafios enfrentados pela categoria, como sobrecarga de trabalho, baixos salários e falta de reconhecimento. A valorização da enfermagem, por meio de melhores condições de trabalho e educação permanente, é fundamental para fortalecer o SUS e garantir atendimento humanizado e de qualidade à população.

Palavras-chave: Atenção Básica; Enfermagem; Políticas Públicas; Saúde Coletiva; SUS; Valorização Profissional.

ABSTRACT

Nursing is a central component of the success of the Unified Health System (SUS), providing services ranging from basic care to highly complex services. This article highlights how nurses lead care, prevention and management actions, in addition to participating in the formulation of public health policies. It also addresses challenges faced by the category, such as work overload, low wages and lack of recognition. The appreciation of nursing, through better working conditions and continuing education, is essential to strengthen the SUS and ensure humanized and quality care for the population.

Keywords: Primary Care; Nursing; Public Policies; Public Health; SUS; Professional Appreciation.

RESUMEN

La enfermería es fundamental para el éxito del Sistema Único de Salud (SUS) y presta servicios que van desde la atención básica hasta servicios de alta complejidad. Este artículo destaca cómo las enfermeras lideran acciones de cuidado, prevención y gestión, además de participar en la formulación de políticas públicas de salud. También se abordan los desafíos que enfrenta la categoría, como la sobrecarga de trabajo, los bajos salarios y la falta de reconocimiento. La valorización de la enfermería, a través de mejores condiciones de trabajo y educación permanente, es esencial para fortalecer el SUS y garantizar una atención humanizada y de calidad a la población.

Palabras clave: Atención Primaria; Enfermería; Políticas Públicas; Salud Pública; SUS; Reconocimiento profesional.

1. ENFERMAGEM E O SUS: UMA PARCERIA ESSENCIAL PARA A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988 representou um marco na democratização do acesso à saúde no Brasil (BRASIL, 1988). Baseado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, o SUS busca garantir atendimento de qualidade a toda a população, independentemente de sua condição socioeconômica (BRASIL, 1990a). Nesse contexto, a enfermagem desempenha um papel fundamental na operacionalização e efetivação desses princípios, sendo responsável por grande parte da assistência direta aos usuários em diversos níveis de atenção (MERHY, 2002).

2. PAPEL DA ENFERMAGEM NO SUS

Os profissionais de enfermagem atuam em diferentes frentes dentro do SUS, desde a atenção básica até os serviços de alta complexidade (BRASIL, 2017a). Na Estratégia Saúde da Família (ESF), por exemplo, os enfermeiros lideram equipes multiprofissionais, coordenando ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde (BRASIL, 2020). Além disso, são responsáveis pela realização de visitas domiciliares, educação em saúde e acompanhamento de pacientes com doenças crônicas (FRANCO; MERHY, 1999).

A atuação da enfermagem vai além das atividades assistenciais, envolvendo também a gestão dos

serviços de saúde (BRASIL, 2015). Os enfermeiros participam do planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, contribuindo para a melhoria contínua do sistema (BRASIL, 2017b). Sua formação abrangente permite uma visão holística do cuidado, essencial para atender às complexas demandas da população (BRASIL, 2018a).

Na atenção primária, os enfermeiros desempenham um papel crucial na ampliação do acesso e na humanização do atendimento (BRASIL, 2007). Por meio de ações educativas e preventivas, contribuem para a redução de agravos e para a promoção de hábitos saudáveis (BRASIL, 2021). Essa abordagem proativa é fundamental para a sustentabilidade do SUS e para a melhoria dos indicadores de saúde (BRASIL, 2018b).

Além disso, a enfermagem tem se destacado na implementação de práticas baseadas em evidências, garantindo a qualidade e a segurança do cuidado prestado (BRASIL, 2014a). A pesquisa e a inovação fazem parte do cotidiano desses profissionais, que buscam constantemente aprimorar suas competências (BRASIL, 2014b). Essa postura reflexiva e crítica é essencial para enfrentar os desafios do sistema de saúde (BRASIL, 2014c).

A integração da enfermagem com outras áreas da saúde é outro aspecto relevante para a efetividade do SUS (BRASIL, 2017c). O trabalho em equipe multiprofissional permite uma abordagem mais abrangente e resolutive das necessidades dos usuários (BRASIL, 2017d). A colaboração entre os diferentes profissionais é essencial para a construção de um sistema de saúde mais eficiente e humanizado (BRASIL, 2017e).

A formação e a capacitação contínua são estratégias importantes para o fortalecimento da enfermagem no SUS (BRASIL, 2011). Programas de educação permanente e de desenvolvimento profissional contribuem para a atualização dos conhecimentos e para a melhoria das práticas assistenciais (BRASIL, 2015). Investir na formação dos enfermeiros é investir na qualidade do sistema de saúde como um todo (BRASIL, 2017f).

A atuação da enfermagem no SUS também envolve a participação em atividades de vigilância em saúde, contribuindo para a identificação e controle de agravos (BRASIL, 2018c). Os enfermeiros desempenham um papel importante na detecção precoce de surtos e na implementação de medidas de prevenção e controle (BRASIL, 2014d). Essa atuação é fundamental para a proteção da saúde da população (BRASIL, 2011).

A enfermagem também tem um papel relevante na promoção da equidade em saúde, atuando em comunidades vulneráveis e contribuindo para a redução das desigualdades (BRASIL, 2017g). Por meio de ações direcionadas às necessidades específicas de diferentes grupos populacionais, os enfermeiros ajudam

a garantir que todos tenham acesso a cuidados de saúde adequados (BRASIL, 2018d).

A participação da enfermagem na formulação e implementação de políticas públicas de saúde é essencial para garantir que as necessidades da população sejam atendidas de forma eficaz (BRASIL, 2017h). Os enfermeiros trazem uma perspectiva prática e centrada no paciente para o processo de tomada de decisão, contribuindo para a criação de políticas mais eficazes e equitativas (BRASIL, 1990b).

Em resumo, a enfermagem desempenha um papel multifacetado e indispensável no SUS, atuando em diversas áreas e contribuindo significativamente para a promoção da saúde e o bem-estar da população brasileira (MERHY, 2002).

3. DESAFIOS E RECONHECIMENTO

A enfermagem no SUS enfrenta desafios complexos, entre eles a sobrecarga de trabalho, especialmente em regiões com escassez de profissionais (BRASIL, 2017d). A alta demanda e a limitação de recursos geram um cenário de exaustão física e emocional entre os trabalhadores da saúde (FRANCO; MERHY, 1999). Isso impacta diretamente na qualidade do atendimento prestado à população.

Outro desafio importante é o reconhecimento profissional. Apesar da importância estratégica da enfermagem, muitas vezes esses profissionais são invisibilizados nas estruturas institucionais e nas decisões políticas (MERHY, 2002). A valorização do trabalho da enfermagem é fundamental para fortalecer o SUS como um todo (BRASIL, 2015).

A precarização das relações de trabalho também é um problema recorrente. Muitos enfermeiros atuam em condições inadequadas, com contratos temporários e baixos salários (BRASIL, 2017e). Isso contribui para a rotatividade de profissionais e dificulta a continuidade do cuidado (BRASIL, 2017f).

Outro obstáculo é a violência no ambiente de trabalho. Casos de agressão física e verbal contra profissionais de enfermagem têm se tornado cada vez mais frequentes, o que compromete a segurança e o bem-estar desses trabalhadores (BRASIL, 2018c).

A pandemia de COVID-19 expôs de forma contundente as fragilidades do sistema e o papel indispensável da enfermagem (BRASIL, 2020). Enfermeiros estiveram na linha de frente, enfrentando jornadas exaustivas e lidando com a escassez de equipamentos e insumos básicos.

Ainda que tenham sido protagonistas na resposta à crise sanitária, o reconhecimento concreto da atuação desses profissionais, em termos de políticas salariais, previdenciárias e de saúde mental, ainda é insuficiente (BRASIL, 2021).

Além disso, há carência de investimentos em educação permanente e atualização profissional (BRASIL, 2011). A formação técnica e científica contínua é essencial para garantir um cuidado de

qualidade e baseado em evidências (BRASIL, 2017b).

A ausência de políticas públicas voltadas especificamente para o fortalecimento da enfermagem enfraquece o SUS e compromete a capacidade de resposta às demandas da população (BRASIL, 2014c).

É necessário, portanto, ampliar os espaços de protagonismo da enfermagem na gestão e formulação de políticas públicas (BRASIL, 2017h). Esse protagonismo deve ser reconhecido e incentivado como uma forma de promover justiça e valorização profissional.

O fortalecimento da enfermagem no SUS depende de uma agenda política que reconheça sua importância estratégica e promova condições dignas de trabalho, capacitação contínua e reconhecimento social (MERHY, 2002).

4. CONCLUSÃO

A enfermagem representa a espinha dorsal do SUS, sendo essencial para a concretização de seus princípios norteadores. A atuação desses profissionais vai além do cuidado direto, abrangendo gestão, educação, prevenção e promoção da saúde (BRASIL, 2018b). No entanto, os inúmeros desafios enfrentados demonstram a necessidade urgente de valorização e reconhecimento dessa categoria.

É imprescindível que o poder público invista em melhores condições de trabalho, remuneração justa e formação continuada para os profissionais de enfermagem (BRASIL, 2015). A adoção de políticas públicas específicas para essa categoria deve ser uma prioridade nas agendas institucionais e governamentais.

O fortalecimento da enfermagem no SUS também passa pelo reconhecimento do seu protagonismo na formulação e execução das políticas de saúde (BRASIL, 2017g). Além disso, deve-se ampliar a participação da categoria em conselhos, comissões e espaços decisórios.

Outro ponto relevante é a consolidação de uma cultura de respeito e valorização do trabalho da enfermagem dentro da sociedade (BRASIL, 2007). Campanhas educativas, visibilidade na mídia e políticas institucionais devem ser estimuladas para transformar a percepção pública sobre a profissão.

A articulação entre gestores, trabalhadores, usuários e instituições de ensino é fundamental para a construção de um sistema de saúde mais justo, eficaz e humanizado (BRASIL, 2017e). A enfermagem tem muito a contribuir nesse processo.

A valorização da enfermagem também passa pela defesa intransigente do SUS como sistema público, universal e de qualidade (BRASIL, 1988). Sem SUS forte, não há espaço para uma enfermagem forte, e vice-versa.

É necessário reconhecer que a atuação da enfermagem impacta diretamente na resolutividade dos

serviços de saúde e na satisfação dos usuários (BRASIL, 2021). Assim, promover seu reconhecimento não é apenas uma questão de justiça, mas também de eficiência.

O investimento na enfermagem é uma estratégia inteligente para enfrentar os desafios históricos e estruturais do SUS (BRASIL, 2017a). É, portanto, um compromisso com o futuro da saúde pública no Brasil.

Ao garantir condições adequadas para o exercício da enfermagem, promove-se também o fortalecimento de todo o sistema de saúde, com benefícios diretos para a população (BRASIL, 2014d).

Em última instância, o cuidado oferecido pela enfermagem é expressão viva dos princípios do SUS. Reconhecê-lo e valorizá-lo é, acima de tudo, reafirmar o direito à saúde como direito humano fundamental (MERHY, 2002).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1990.

BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização: clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual instrutivo de financiamento da APS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Integração Atenção Básica e Vigilância em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as redes do SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 3/2020-DESF/SAPS/MS. Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e Programa Previne Brasil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para

implementação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre políticas nacionais de saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre saúde do trabalhador. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.130/GM/MS, de 5 de agosto de 2015. Institui o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.153/GM/MS, de 22 de maio de 2014. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção às Urgências no SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.271/GM/MS, de 6 de junho de 2014. Aprova as diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011. Institui a Rede Cegonha no âmbito do SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 jun. 2011.

FRANCO, T. B.; MERHY, E. E. O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim, Minas Gerais, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 345-353, abr./jun. 1999.

MERHY, E. E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.